ELEIÇÕES 2014

Maggi de olho em grupo novo

SONIA FIORI
DA REDAÇÃO



João Vieira/Arquivo

Nome do senador é aventado por várias correntes políticas para que retorne ao comando do Executivo Estadual a partir de 2015

Uma estratégia costurada longe dos holofotes da imprensa poderá viabilizar a candidatura do senador Blairo Maggi (PR) ao governo nas eleições de 2014. Maggi tem mantido entendimentos prévios para construir um 'grupo novo' para o pleito geral. A ideia leva em análise eventuais adversários, como o senador Pedro Taques (PDT) e ainda o PMDB, em conjecturas que apontam o nome do juiz federal Julier Sebastião da Silva para cabeça de chapa majoritária. Líderes do PSDB e do PP de Mato Grosso já deram início ao diálogo com Maggi, com chances promissoras de fechamento de aliança.

As informações, asseguradas por fonte, abrem precedentes para reanálise do próprio PR sobre o projeto "oficial". Como Maggi faz questão de frisar "que não é candidato ao governo em 2014", a agremiação deu sequencia ao plano de lançar o presidente, deputado federal Wellington Fagundes, ao Senado.

Ocorre que Maggi não apenas avalia a chance de pleitear o comando do Estado, como está à frente de táticas políticas. As movimentações se focam sobre a perspectiva de Maggi ser posto como "via alternativa", considerando os olhos centrados de Taques sobre o candidato do PMDB. O governador Silval Barbosa (PMDB) não teria definido seus planos para o próximo ano. Mas se ele ficar no comando do Estado até o fim do mandato, o projeto do partido recebe "força extra" em razão do peso da máquina pública.

Blairo, que realmente resistia a perspectiva de colocar seu nome na disputa, agora dá uma atenção especial à possibilidade. A mudança de ótica ocorre em razão dos pedidos insistentes e crescentes para que volte à chefia do Executivo de Mato Grosso. Na lista dos 'torcedores' estão prefeitos 'dos mais variados partidos', inclusive dos que fazem parte da base aliada do governo, além do PR.

Em que pese negarem, o presidente estadual do PSDB, Nilson Leitão e o responsável pelo PP de Mato Grosso, deputado estadual Ezequiel Fonseca, já teriam discutido as novas vias como o senador Blairo Maggi. E pelo andar da carruagem, existe tendência de união de forças com o projeto do senador. Leitão está no centro do bloco da oposição, com participação do DEM de Jaime Campos e do PPS de Percival Muniz. As tratativas poderão dar ainda mais respaldo às estratégias encampadas pelo senador republicano.

Percival Muniz, por exemplo, conhecido pela astúcia política, também prepara "surpresas" para o próximo embate. Maggi deixou o governo do Estado, em março de 2010, para disputar o Senado, com cerca de 90% de aprovação de sua gestão, com variantes entre bom e regular.

Suplente de senador, Cidinho Santos (PR), ajuda na interlocução

PREFEITURAS

'Aperto' marca as novas gestões

SONIA FIORI
DA REDAÇÃO

Prefeito de Juara, Edson Piovesan (PPS), que será empossado hoje (29), às 19h30, e o gestor de Glória D'Oeste, Nilton Borgato (PP), que assumiu o município ontem, anunciam a difícil tarefa de reestruturar as administrações, marcadas pelo aperto do caixa público. Diante das dificuldades financeiras, os prefeitos pedirão apoio junto à Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), para buscar respaldo no Palácio Paiaguás, sede do governo do Estado.

Em Juara, com orçamento estimado para o atual exercício de R$ 56 milhões, e com previsão para 2014 de aproximadamente R$ 72 milhões, a área da saúde é apontada como a mais deficiente. O prefeito Edson Piovesan disse que o setor está passando por sérias dificuldades. "Temos até PSF, o Programa de Saúde da Família, que não está funcionando. E na saúde tá tudo precário", desabafou. A área da educação também é apontada por ele como uma das prioridades.

"O orçamento não contempla todo o planejamento. Essa questão da distribuição de recursos tem que ser repensada. E vamos pedir mais apoio do governador Silval Barbosa", assinalou.

Prefeito Nilton Borgato disse que Glória D'Oeste, com cerca de R$ 6 milhões de orçamento para o atual exercício, está com a administração engessada. "Temos uma folha de pagamento que consome cerca de 50% dos recursos, e a arrecadação própria não corresponde nem a 3% sobre o total do orçamento". Para minimizar o impacto da escassez da verba pública, Borgato avisou que irá reavaliar a tributação, como em relação aos serviços de iluminação pública e a distribuição de água. Ele promete procurar a AMM para buscar novas vias de apoio, incluindo nesse campo, os governos federal e estadual.



Arquivo

Novos prefeitos foram eleitos recentemente em pleitos suplementares realizados nos municípios



Agência Senado

Pedro Taques é dos defensores mais fervorosos do fim do voto secreto, com poucas exceções

VOTAÇÃO/CONGRESSO

Senadores defendem fim do sigilo

SONIA FIORI
DA REDAÇÃO

A proposta de fim do voto secreto, uma das principais pautas do Congresso em agosto, conta com aval dos senadores Blairo Maggi (PR), Jaime Campos (DEM) e Pedro Taques (PDT). Maggi pontua a necessidade de mudanças urgentes no âmbito da Reforma Eleitoral e Política. "Precisamos de alterações imediatas. Sobre o voto aberto, acho que quem está aqui tem que mostrar a que veio, deixar as coisas as claras".

Taques é um dos mais árduos defensores da matéria. Neste mês, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), aprovou projeto de autoria do senador, que acaba com a votação secreta nas eleições para a Mesa Diretora e para a presidência das comissões e da Casa.

A proposta de Taques institui o voto secreto obrigatório apenas nos casos previstos na Constituição, como em relação a cassação de mandato e para análise de vetos presidenciais.

Jaime Campos ressalta análise semelhante à Taques. Ele destaca ainda a importância de o tema ser mais debatido, como em relação ao voto relacionado à indicação de ministros e casos semelhantes.

Pelo menos três propostas de emenda à Constituição tramitam na Câmara e no Senado a respeito do assunto. Duas matérias determinam o voto aberto em todos os casos no Congresso. As manifestações populares tem dado impulso às discussões, partindo do próprio governo a inclusão do fim do voto secreto entre as propostas de consulta popular.

Existem pontos mais próximos de aprovação no contexto da Reforma Política, como o financiamento público. Mesmo assim, persiste o entendimento da maioria no Congresso de que as mudanças dificilmente serão aplicadas nas eleições de 2014.